



MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná
Controladoria de Controle Interno

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO Nº059/2026

LIMITES CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Identificação do acompanhamento	Origem e fiscalização: Este relatório faz parte das atividades previstas no Item 3.4.1 do Plano Anual de Atividades do Controle Interno relativo ao ano de 2026 - Atividades Correlatas - Quadro 26. Unidade fiscalizada: Secretaria da Fazenda. Equipe de fiscalização: Coordenação de Controladoria. Período de realização: 2º quadrimestre de 2026 .
1. Introdução	Verificar se o Município está atendendo aos percentuais mínimos de investimentos previstos constitucionalmente para as áreas de Saúde e Educação
1.1. Objeto	Considerando as exigências impostas pela Constituição Federal de 1988, art. 198 § 2º, Inciso III, regulamentado pela Lei Complementar 141/2012, art. 7, relativo ao limite mínimo de gastos com Saúde; Considerando as exigências impostas pela Constituição Federal de 1988, caput do art. 212, relativo ao limite mínimo de gastos com Educação; Considerando as exigências impostas pela Constituição Federal de 1988, art. 212-A, Inciso XI, que trata da proporção mínima com a remuneração do magistério, incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020 e regulamentado pelo art. 26, § 2º da Lei 14.113/2020 e suas alterações.
1.2. Objetivos e escopo	Acompanhar a execução dos limites constitucionais aplicáveis às áreas de Saúde e Educação e o monitoramento da aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério, referente ao 2º quadrimestre de 2026 , tendo como material de apoio o Demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e o Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde – Municípios, relatório publicado na edição nº 4902, do Órgão Oficial Eletrônico do Município.
2. Achados	O Relatório da LRF – Gastos com Educação – do 2º quadrimestre de 2026 examinado, apresentou o índice de 23,21% (vinte e três inteiros e vinte e um centésimos por cento) das Receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

3. Conclusão

Com base na análise do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), verificou-se que o Município não atingiu, até o **2º quadrimestre de 2026**, o percentual mínimo de 25% de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido pela Constituição Federal.

Registra-se, ainda, que a insuficiência no atingimento do referido percentual não se restringe ao 2º quadrimestre, tendo sido verificada também no 1º quadrimestre de 2026, evidenciando a persistência da dificuldade do Município em alcançar o limite mínimo estabelecido ao longo do exercício. Diante dessa constatação, a Controladoria do Controle Interno vem realizando o acompanhamento da execução das despesas com educação, bem como adotando medidas de orientação e recomendação junto ao setor responsável, com o objetivo de contribuir para o cumprimento do limite legal ao final do exercício.

No curso desse acompanhamento, foram solicitadas à Secretaria Municipal de Educação informações acerca das providências adotadas para o atendimento do percentual mínimo constitucional. Em resposta, a Secretaria informou que o índice de aplicação de 25% é regularmente alcançado ao longo do segundo semestre, especialmente no último trimestre do exercício, em razão da concentração das liquidações de despesas empenhadas no decorrer do ano.

A Secretaria esclareceu, ainda, que, para fins de apuração do índice, são consideradas as despesas liquidadas, observada a metodologia aplicável ao cálculo do percentual de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Dessa forma, a evolução do índice ao longo dos quadrimestres deve ser acompanhada de forma contínua, considerando a execução orçamentária e financeira das despesas destinadas à educação.

No que se refere à aplicação dos recursos destinados à remuneração dos profissionais da educação básica, verificou-se que o Município alcançou o percentual de 93,61% (noventa e três inteiros e sessenta e um centésimos por cento), superando o percentual mínimo de 70% estabelecido na legislação aplicável. Registra-se, portanto, o atendimento, no período analisado, ao percentual mínimo de aplicação nessa finalidade.

Quanto à aplicação mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde, verificou-se que, no 2º quadrimestre de 2026, o Município aplicou o percentual de 31,37% (trinta e um inteiros e trinta e sete centésimos por cento) da base de cálculo correspondente, superando o percentual mínimo de 15% estabelecido pela legislação. O percentual apurado representa mais que o dobro do limite mínimo exigido, evidenciando, no período analisado, o atendimento ao percentual mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Por fim, o Controle Interno permanecerá acompanhando a evolução dos índices de aplicação em Educação e Saúde nos períodos subsequentes, especialmente quanto à aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, a fim de verificar o atendimento dos limites legais ao encerramento do exercício de 2026.

Apêndices e Anexos

- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE
- Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde - Municípios

Toledo, datado e assinado eletronicamente.

AMANDA CRISTINA WILHELM

Analista de Controle Interno I

ELISSANDRA ALVES

Analista de Controle Interno I



Documento assinado eletronicamente por **Elissandra Alves, Analista de Controle Interno I**, em 25/09/2026, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Cristina Wilhelm, Analista de Controle Interno I**, em 25/09/2026, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#), [Decreto Municipal nº 1.013, de 22 de dezembro de 2020](#) e [Decreto Municipal nº 1.312, de 4 de novembro de 2024](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.toledo.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0258483** e o código CRC **11E703F1**.

Rua Raimundo Leonardi, 1586 Toledo - PR, CEP 85900-110, (45) 3196-2184
controladoria@toledo.pr.gov.br - www.toledo.pr.gov.br

Processo nº 01.19.038007/2026-14

Documento nº 0258483v15



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº . 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

O Gabinete do Prefeito dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano XVI

Toledo, 21 de setembro de 2026

Edição nº 4902

Página 13 de 28

MUNICÍPIO DE TOLEDO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A AGOSTO DE 2026 - BIMESTRE JULHO-AGOSTO				
LEI 9.384/96, Art. 72 - Anexo 8				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS		PREVISÃO ATUALIZADA	Receita Realizada	
		(a)	Até o bimestre	% (b/a)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS		266.301.255,20	189.463.027,45	71,15%
Imposto predial e territorial urbano - ITPU		98.838.889,64	67.175.350,70	67,96%
Imposto sobre transmissão de bens intervivos - ITBI		29.423.162,40	20.663.518,71	70,23%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS		84.300.000,00	63.204.908,66	74,98%
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		53.739.223,16	39.419.249,18	71,49%
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		493.610.516,60	319.232.915,35	64,47%
Cota-Parte FPM (CF art. 159, I, alínea "b")		165.000.000,00	115.470.428,39	69,98%
Cota-Parte FPM (CF art. 159, I, alínea "d" e "e")		18.000.000,00	7.320.167,15	40,67%
Cota-Parte ICMS (100%)		253.960.241,00	155.371.853,31	61,18%
Cota-Parte IPI-Exportação (100%)		3.150.275,60	2.467.515,68	78,33%
Cota-Parte ITR (100%)		3.500.000,00	410.777,38	11,74%
Cota-Parte IPVA (100%)		50.000.000,00	37.192.173,44	74,38%
Compensações financeiras de impostos e transferências constitucionais		0,00	0,00	0,00%
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (I + II)		759.911.771,80	507.695.942,80	66,81%
RECEITAS DO FUNDEB		PREVISÃO ATUALIZADA	Receita Realizada	
		(a)	Até o bimestre	% (b/a)
RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB - 20%		95.122.103,32	62.182.549,64	65,37%
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		115.788.266,24	81.927.434,74	70,76%
RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB		719.500,32	509.607,82	70,83%
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO - VUAR		842.600,00	0,00	0,00%
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		20.868.182,92	19.744.885,10	95,54%
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas liquidadas	
		ATUALIZADA	Até o bimestre	% (d/c)
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		101.536.356,77	77.171.252,64	76,00%
Com educação infantil		32.555.184,97	30.548.916,97	0,00%
Com ensino fundamental		68.610.896,12	46.440.779,11	67,69%
Educação especial		370.273,68	191.558,58	49,03%
OUTRAS DESPESAS		17.468.749,20	7.110.591,80	0,00%
Com educação infantil		6.520.696,10	2.687.922,15	0,00%
Com ensino fundamental		10.923.533,38	4.399.149,83	0,00%
Educação especial		24.519,72	23.519,72	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB		119.005.105,97	84.281.844,44	70,82%
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB				
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO FUNDEB				0,00
INDICADORES DO FUNDEB				VALOR
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE				84.281.844,44
MÍNIMO 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO				93,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		ATUALIZADA	Até o bimestre	% (d/c)
EDUCAÇÃO INFANTIL		35.831.783,41	20.448.201,61	57,07%
ENSINO FUNDAMENTAL		45.311.409,06	27.819.751,44	61,40%
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		489.581,06	316.246,06	65,01%
EDUCAÇÃO ESPECIAL		541.935,02	392.179,23	72,37%
ADMINISTRAÇÃO GERAL		12.992.753,23	8.165.836,68	62,85%
OUTRAS		0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XI)		95.168.531,78	57.143.215,02	60,05%
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR
TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS				57.143.215,02
TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB				62.182.549,64
(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%				-
VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL				-
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS				-
(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINC. AO ENS.				(1.500.755,11)
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (XIX) = ((VII + VIII + IX + XII) - (XVI))				117.825.009,55
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%				23,21

Mário César Costenaro
Prefeito do Município de Toledo

Micael Glória Avanzi
Controlador

Bárci Lorenço Rolta
Secretário da Fazenda

Milton Enckler
Téc. Cont. RR-0244120-4



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº . 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

O Gabinete do Prefeito dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

www.toledo.pr.gov.br

Ano XVI

Toledo, 21 de setembro de 2026

Edição nº 4902

Página 14 de 28

MUNICÍPIO DE TOLEDO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2026

RREO - ANEXO 12 (LC, 141/2012, ART.35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
		até o b/m	%
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	266.301.255,20	189.463.027,45	71,15%
Imposto predial e territorial urbano - ITPU	98.838.859,64	67.175.350,70	67,96%
Imposto sobre transmissão de bens intervivos - ITBI	29.423.162,40	20.663.518,71	70,23%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	84.300.000,00	63.204.908,86	74,98%
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	53.739.223,16	38.419.249,18	71,49%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	475.610.516,60	310.912.748,20	65,37%
Cota-parte FPM	155.000.000,00	115.470.428,39	69,98%
Cota-parte ITR	3.500.000,00	410.777,38	11,74%
Cota-parte IPVA	50.000.000,00	37.192.173,44	74,38%
Cota-parte ICMS	253.960.241,00	155.371.853,31	61,18%
Cota-parte IPI EXPORTAÇÃO	3.150.275,60	2.467.515,68	78,33%
Outras transferências ou compensações financeiras provenientes de impostos	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO APLICAÇÃO EM SAÚDE (III) =	741.911.771,80	500.375.775,65	67,44%

DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Atenção Básica	119.094.719,40	82.810.972,41	82.033.839,20	78.418.074,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	95.225.725,05	69.579.578,81	66.264.727,08	64.630.826,11
Suporte Profilático e Terapêutico	2.160.739,65	1.953.537,81	1.953.537,81	1.953.537,81
Vigilância Sanitária	4.084.346,72	2.521.517,06	2.521.138,60	2.397.323,45
Vigilância Epidemiológica	6.587.547,09	3.740.691,43	3.727.118,33	3.541.446,86
Alimentação e Nutrição	40,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	742.253,81	495.426,28	485.709,19	467.299,76
TOTAL	227.895.371,72	161.101.723,80	156.986.070,21	151.408.508,75

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Total das despesas com ASPS	161.101.723,80	156.986.070,21	151.408.508,75
(-) Restos a pagar não processados inscritos indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas custeadas com recursos vinculados a parcela do percentual mínimo que não foi aplicado em ASPS em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas custeadas com disponibilidade de caixa vinculada aos restos a pagar cancelados	0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS	161.101.723,80	156.986.070,21	151.408.508,75
Despesa mínima a ser aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			75.050.366,35
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADAS EM ASPS (XVII/III)*100	32,20	31,37	

Mário César Costenaro
Prefeito do Município de Toledo

Mrs. Gênia Avanci
Controladora Interna

Galnei Lorenzo Rotta
Secretário da Fazenda

Milton Endler
Téc. Cont. PR 02442/O-4